

Demonstrações Contábeis Regulatórias

Pampa Transmissão de Energia S.A.

31 de dezembro de 2020
com Relatório do Auditor Independente

Relatório Anual da Administração

Aos Acionistas,

A Administração da Companhia, **Pampa Transmissão de Energia S.A.**, em atendimento às disposições legais e estatutárias pertinentes, apresenta o relatório da administração e as demonstrações contábeis regulatórias relativas ao exercício de 2020 acompanhada do relatório dos auditores independentes. Toda a documentação relativa às contas ora apresentadas está à disposição dos senhores acionistas, a quem a Diretoria terá o prazer de prestar esclarecimentos adicionais que se façam necessários.

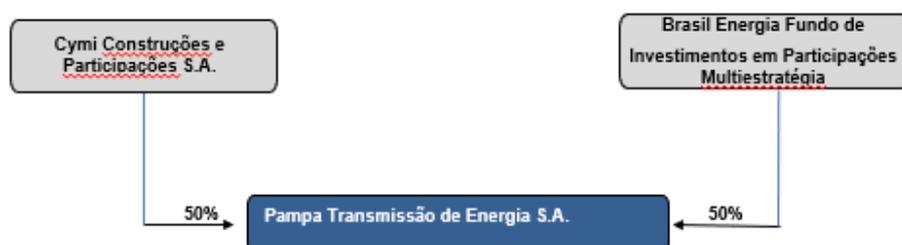
1.1 Histórico

A **Pampa Transmissão de Energia S.A.** é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 22 de novembro de 2018 e está estabelecida na Avenida Presidente Wilson, 231, Sala 1703 - Centro - 20.030-021 - Rio de Janeiro - RJ. Sua base acionária é composta pela Cymi Construções e Participações S.A. (50%), Brasil Energia Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia (50%). A Companhia tem por objeto social a construção, projeto, implantação, operação, manutenção e exploração, de instalações de transmissão de energia elétrica da rede básica do Sistema Interligado Nacional e de mais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle telecomunicação, administração, apoio e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Essa atividade é regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

1.2 Práticas e Regulamentações

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC") e das normas emitidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

1.3 Estrutura Societária



2 Ambiente Econômico

O ano de 2020 foi um ano de grandes desafios para economia global advindos de efeitos da Covid-19, na qual foi declarada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) em 11 de março de 2020, que se tratava de uma pandemia. De forma geral as medidas de isolamento social decorrentes dessa pandemia afetaram o ambiente econômico global. Contudo, apesar das adversidades trazidas pela crise, a Companhia, enquadrada por portaria da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) e decreto 10.291 de 25 de março de 2020 como atividade essencial, foi capaz de manter suas atividades em pleno funcionamento com toda segurança requerida pelas medidas, assim reforçando o compromisso com seus planejamentos de entregas e crescimento contínuo, bem como cumprimento de seus planos estruturais, orçamento e disciplina financeira.

Com a pandemia, o cenário global sofreu mudanças drásticas. Em meados de 2020, o mercado já projetava uma recessão na economia brasileira entre 7,5% e 8,0% para 2020, contudo, ao final do ano a expectativa do Focus do Banco Central já era de retração de 4,4%. Na parte cambial, o dólar fechou 2020 em alta acumulada de 29,3% em relação a 2019, cotado a R\$5,189, sendo o real uma das moedas que mais desvalorizou nesse período.

No tocante à inflação, segundo o IBGE, o IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) encerrou o ano 2020 em 4,52% (4,31% em 2019). Com relação ao IGP-M (Índice Geral de Preços ao Mercado) bateu a marca dos 23,14% em 2020, segundo a Fundação Getúlio Vargas, ficando em um patamar bem mais alto do que os 7,54% registrados no ano anterior. A Taxa Selic finalizou 2020 em 2% a.a. (4,50% a.a. registrado no final de 2019), seguindo a trajetória de queda que vem ocorrendo desde 2015, e registrou o menor patamar histórico.

Vale também destacar que as autoridades governamentais brasileiras implementaram uma série de medidas para fazer frente aos efeitos econômicos colaterais impostos pela atual pandemia com destaque para: PIS e Confins e INSS-Contribuição Patronal - os valores devidos das competências de março a maio de 2020 foram diferidos para recolhimento em agosto, outubro e novembro de 2020, respectivamente; FGTS - o recolhimento das competências de março a maio foi diferido em seis parcelas iguais a pagar de julho a dezembro de 2020; Sistema S - redução de 50% da alíquota para as competências de abril a junho de 2020; e IOF Crédito – redução de 3% para zero nas operações realizadas entre abril e novembro e 2ª quinzena de dezembro de 2020.

3 Ambiente Regulatório

No que diz respeito ao ambiente regulatório, especificamente para o segmento de transmissão, é importante destacar que a receita do setor de transmissão no Brasil tem origem nos leilões de transmissão promovidos pelo Ministério de Minas e Energia, por meio da Agência Reguladora (ANEEL) e tem um marco regulatório completo e consistente, o que garante que as transmissoras tenham mecanismos de revisões e reajustes tarifários periódicos, operacionalizados pela própria ANEEL (anualmente pela variação do Índice de Preços para o Consumidor Amplo-IPCA e nas revisões periódicas a cada 5 (cinco) anos das receitas aprovadas). Nesse contexto, a Companhia espera manter estável a geração de caixa e margem positiva de suas operações. O segmento de transmissão de energia tem risco baixo no setor, pois o recebimento de sua receita é baseado na disponibilidade de ativos.

A indústria da energia elétrica está passando por profundas transformações no Brasil e no mundo. Novas soluções tecnológicas surgem a cada dia e temos cada vez mais a necessidade de inserção da energia renovável, com presença crescente na matriz energética brasileira.

De acordo com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), houve uma redução de geração e consumo de energia elétrica de 1,5% em relação ao ano de 2019, entretanto, segundo especialistas da CCEE foi considerado um dado animador tendo em vista que a expectativa era de 5% a 6% abaixo de 2019. Destaca-se que o consumo de energia segue dando sinais de recuperação.

4 Desempenho Operacional

A Companhia encontra-se em fase de construção do empreendimento que por sua vez está em fase pré-operacional.

A Companhia é composta pelos ativos abaixo:

- Linha de transmissão em corrente alternada em 525kV, entre as subestações Gravataí e Capivari do Sul, em circuito simples, com extensão aproximada de 83 km;
- Linha de transmissão Guaíba 3 - Capivari do Sul em 525kV, circuito simples, com extensão aproximada de 178 km;
- Linha de transmissão Viamão 3 - Capivari do Sul em 230kV, circuito simples, com extensão aproximada de 65km;
- Subestação Capivari do Sul em 525/230kV -13,8kV (6+1R) x 224 MVA e 230/138-13,8kV (2x100 MVA); e
- Conexões de unidades de transformação, entradas de linha, interligações de barramentos, barramentos, reatores e respectivas conexões, instalação vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio;

5 Desempenho Econômico-Financeiro

O desempenho econômico-financeiro, bem como o resultado das operações encontram-se apresentados nas demonstrações contábeis e notas explicativas.

6 Governança corporativa

A cada ano a Companhia vem aperfeiçoando seu sistema de gestão, buscando as melhores práticas de governança corporativa, atuando com ética e respeito para com seus acionistas e demais partes interessadas. Para o ano de 2020 destacamos a continuidade do aperfeiçoamento/*upgrade* de nosso sistema ERP. Nosso objetivo é buscar cada vez mais transparência nas informações e o alinhamento de todas as equipes de forma a garantir total sintonia com os propósitos do Grupo.

A alta Administração da Companhia é assessorada pelos Acionistas Controladores e pelo Conselho de Administração, que de acordo com o seu Estatuto Social, deve ser composto por 8 (oito) membros, sendo 4 (quatro) membros efetivos e 4 (quatro) membros suplentes, que se reúnem a cada 3 (três) meses.

7 Responsabilidade ambiental e social

A Companhia opera em conformidade com a legislação brasileira, atendendo a todos os requisitos de meio ambiente e exigências de saúde, higiene, segurança e medicina do trabalho. São desenvolvidos programas ambientais visando mitigar e compensar os impactos ao meio ambiente. E, ressaltamos que após declaração, em 11 de março de 2020, da Organização Mundial da Saúde (OMS) de que o coronavírus (COVID-19) foi considerado uma pandemia, a Administração vem adotando todas as medidas preventivas legais para a proteção, segurança e saúde de todos seus colaboradores e *stakeholders* em linha com as ações preventivas difundidas globalmente.

8 Auditores Independentes

Em conformidade com a Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, a Companhia declara que mantém contrato com a Ernst & Young Auditores Independentes (“EY”), com vigência até emissão deste relatório. Os serviços de auditoria relacionados contemplam a auditoria das Demonstrações Financeiras. A política de atuação da Companhia quanto à contratação de serviços de auditoria externa se fundamenta nos princípios que preservam a independência do auditor e consistem em: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais na Companhia e (c) o auditor não deve promover os interesses da Companhia.

9 Agradecimentos

Finalmente, deixamos consignados nossos agradecimentos aos acionistas, colaboradores, parceiros, seguradoras, usuários, agentes financeiros e do setor elétrico, e a todos que direta ou indiretamente colaboraram para o êxito das atividades da Companhia.

A Administração.

Pampa Transmissão de Energia S.A.

Demonstrações contábeis regulatórias

31 de dezembro de 2020

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis regulatórias	1
Demonstrações contábeis regulatórias auditadas	
Balanço patrimonial	4
Demonstração do resultado	5
Demonstração do resultado abrangente	6
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	7
Demonstração do fluxo de caixa	8
Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias.....	9

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis regulatórias

Aos

Administradores e Acionistas da
Pampa Transmissão de Energia S.A.
Rio de Janeiro – RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Pampa Transmissão de Energia S.A. (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. As demonstrações contábeis foram elaboradas pela administração com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL por meio da Resolução Normativa no 605, de 11 de março de 2014.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com o MCSE.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa 2 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a companhia a cumprir determinação da ANEEL. Consequentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outro fim.

Outros assuntos

A Companhia elaborou um conjunto de demonstrações contábeis separado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, com data de 24 de março de 2021.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com o MCSE e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 30 de abril de 2021.

ERNST & YOUNG

Auditores Independentes S.S.

CRC-2SP015199/O-6



Ricardo Gomes Leite

Contador CRC-1RJ107146/O-1

Pampa Transmissão de Energia S.A.

Balanco patrimonial

31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	Nota	2020	2019
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	180.166	15
Impostos a recuperar		125	-
Adiantamentos diversos		25	-
Prêmio de seguro		172	172
Total do ativo circulante		<u>180.488</u>	<u>187</u>
Não circulante			
Prêmio de seguro		358	529
Ativo diferido	5	35.713	98
		<u>36.071</u>	<u>627</u>
Imobilizado	6	102.184	460
Intangível	6	2.071	-
		<u>104.255</u>	<u>460</u>
Total do ativo não circulante		<u>140.326</u>	<u>1.087</u>
Total do ativo		<u>320.814</u>	<u>1.274</u>
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	7	3.296	260
Obrigações fiscais		196	28
Empréstimos e financiamentos	8	253.303	-
Partes relacionadas	12	27.176	-
Instrumentos derivativos		528	-
Total do passivo circulante		<u>284.499</u>	<u>288</u>
Não Circulante			
Outras obrigações		105	-
Total do passivo circulante		<u>105</u>	<u>-</u>
Patrimônio líquido	9		
Capital social		1.486	1.177
Prejuízos acumulados		34.724	(191)
Total do patrimônio líquido		<u>36.210</u>	<u>986</u>
Total do passivo e patrimônio líquido		<u>320.814</u>	<u>1.274</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Pampa Transmissão de Energia S.A.

Demonstração do resultado

31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	Nota	2020	2019
Custos gerenciáveis	10		
Pessoal		(144)	-
Material		(2)	-
Serviços de terceiros		(456)	(147)
Aluguéis		(25)	-
Outras despesas		(73)	(142)
Resultado da atividade		<u>(700)</u>	<u>(289)</u>
Resultado antes dos impostos		<u>(700)</u>	<u>(289)</u>
Tributos diferidos	5	<u>35.615</u>	<u>98</u>
Resultado do exercício		<u>34.915</u>	<u>(191)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Pampa Transmissão de Energia S.A.

Demonstração do resultado abrangente

31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Resultado do exercício	34.915	(191)
Total de resultados abrangentes	<u>34.915</u>	<u>(191)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Pampa Transmissão de Energia S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	Capital social subscrito	(-) Capital a integralizar	Reserva legal	Reserva de lucros a realizar	Lucros/Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2018	1	(1)	-	-	-	-
Aumento de capital conforme AGE de 29 de março de 2019	229	1	-	-	-	230
Aumento de capital conforme AGE de 30 de junho de 2019	578	-	-	-	-	578
Aumento de capital conforme AGE de 30 de setembro de 2019	229	-	-	-	-	229
Aumento de capital conforme AGE de 27 de dezembro de 2019	140	-	-	-	-	140
Resultado do exercício	-	-	-	-	(191)	(191)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	1.177	-	-	-	(191)	986
Aumento de capital conforme AGE de 05 de março de 2020	309	-	-	-	-	309
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	34.915	34.915
Reserva legal	-	-	296	-	(296)	-
Reserva de lucros a realizar	-	-	-	34.428	(34.428)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	1.486	-	296	34.428	-	36.210

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Pampa Transmissão de Energia S.A.

Demonstração do fluxo de caixa

31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Atividades operacionais		
Resultado do exercício	34.915	(191)
Ajustes para reconciliar o resultado do exercício ao caixa utilizado nas atividades operacionais		
Juros apropriados sobre dívidas financeiras	3.303	-
Tributos diferidos	(35.615)	(98)
Lucro ajustado	<u>2.603</u>	<u>(289)</u>
Variações nos ativos e passivos:		
Partes relacionadas	27.176	-
Instrumentos derivativos	528	-
Adiantamentos diversos	(25)	-
Tributos a recuperar	(125)	-
Obrigações fiscais	168	-
Prêmio de seguro	171	(701)
Fornecedores	3.141	260
Tributos e contribuições sociais a recolher	167	29
	<u>31.034</u>	<u>(412)</u>
Fluxo caixa líquido utilizado nas atividades operacionais	<u>33.637</u>	<u>(701)</u>
Atividades de investimento		
Imobilizado	(101.724)	(460)
Intangível	(2.071)	-
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	<u>(103.795)</u>	<u>(460)</u>
Atividades de financiamento		
Integralização de capital	309	1.177
Empréstimos e financiamentos obtidos	250.000	-
Fluxo de caixa líquido originado nas atividades de financiamento	<u>250.309</u>	<u>1.177</u>
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	180.151	15
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	15	-
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	<u>180.166</u>	<u>15</u>
Variação do saldo de caixa e equivalentes de caixa	<u>180.151</u>	<u>15</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Pampa Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicada)

1. Contexto operacional

1.1. Objeto social

A Pampa Transmissão de Energia S.A. (“Companhia” ou “Pampa”), antiga Sterlite Brasil Projetos de Transmissão de Energia S.A., foi constituída em 22 de novembro de 2018 e é uma sociedade anônima de capital fechado, com o propósito específico e único de explorar concessões de serviços públicos de transmissão, prestados mediante a implantação, construção, operação e manutenção de instalações de transmissão, incluindo os serviços de apoio e administrativos, provisão de equipamentos e materiais de reserva, programações, medições e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Essas atividades são regulamentadas pela ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica.

Em 12 de fevereiro de 2019 houve alteração na denominação da Companhia de Sterlite Brasil Projetos de Transmissão de Energia S.A. para Pampa Transmissão de Energia S.A. (“Companhia” ou “Pampa”).

Em 10 de março de 2020 a Companhia foi adquirida pela Cymi Construções e Participações S.A. e o Brasil Energia Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, sendo estes os atuais controladores da Pampa Transmissora de Energia S.A. conforme demonstrado em sua nota explicativa 10 de Mutação do Patrimônio Líquido. A Companhia está atualmente estabelecida na Avenida Presidente Wilson, 231, Sala 1703 - Centro - 20.030-021 - Rio de Janeiro - RJ.

A Companhia encontra-se em fase de construção e tem previsão de entrada em operação em 22 de março de 2023.

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou que o coronavírus (COVID-19) é uma pandemia. A Administração da Companhia tem acompanhado atentamente os impactos do Coronavírus nos mercados de capitais mundiais e, em especial, no mercado brasileiro. Nesse sentido, dentre os diversos riscos e incertezas aos quais a Companhia está exposta, a Administração avaliou os possíveis eventos econômicos que pudessem impactar a Companhia e até a data de autorização para emissão dessas demonstrações financeiras a Administração não observou impactos que pudessem modificar a mensuração dos seus ativos e passivos apresentados nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020.

E de acordo com a portaria 6.307 de 24 de março de 2020 do diretor geral da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) e decreto 10.291 de 25 de março de 2020, os serviços públicos de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, incluído o fornecimento de suprimentos para o funcionamento e a manutenção das centrais geradoras

Pampa Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicada)

1. Contexto operacional--Continuação

1.1. Objeto social--Continuação

e dos sistemas de transmissão e distribuição de energia, além de produção, transporte e distribuição de gás natural, são considerados atividades essenciais.

1.2. Concessão

Em 20 de dezembro de 2018, o Grupo Sterlite sagrou-se vencedora do Leilão ANEEL nº 04/2018 realizado pela Agência Nacional de Energia Elétrica. O contrato de concessão nº 13/2019 foi assinado em 22 de março de 2019, e apresenta vigência de 30 anos a partir da data de assinatura com o Poder Concedente, e assegura Receita Anual Permitida – RAP após a entrada em operação comercial. E em 10 março de 2020 a Companhia foi adquirida pela Cymi Construções e Participações S.A. e o Brasil Energia Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, sendo estes os atuais controladores da Pampa Transmissora de Energia S.A.

O projeto da Companhia consiste na implantação e exploração do empreendimento composto pelas seguintes instalações de transmissão de energia no estado de Rio Grande do Sul:

- (i) Linha de transmissão em corrente alternada em 525kV, entre as subestações Gravataí e Capivari do Sul, em circuito simples, com extensão aproximada de 83 km;
- (ii) Linha de transmissão Guaíba 3 - Capivari do Sul em 525kV, circuito simples, com extensão aproximada de 178 km;
- (iii) Linha de transmissão Viamão 3 - Capivari do Sul em 230kV, circuito simples, com extensão aproximada de 65km.
- (iv) Subestação Capivari do Sul em 525/230kV -13,8kV (6+1R) x 224 MVA e 230/138-13,8kV (2x100 MVA);.
- (v) Conexões de unidades de transformação, entradas de linha, interligações de barramentos, barramentos, reatores e respectivas conexões, instalação vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio.

1.3 Receita Anual Permitida - RAP

O contrato de concessão assegura Receita Anual Permitida - RAP no montante R\$74.721.784, a partir da entrada em operação das linhas de transmissão, a RAP tem por finalidade remunerar os investimentos na infraestrutura da concessão bem como os serviços de operação e manutenção da linha de transmissão.

Pampa Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicada)

1. Contexto operacional--Continuação

1.3. Receita Anual Permitida – RAP – Continuação

A ANEEL promoverá a revisão da RAP em intervalos periódicos de 5 anos, contado do primeiro mês de julho subsequente à data de assinatura do contrato de concessão.

1.4. Encargos regulamentares

Conforme instituído pelo art.13 da lei 9.427/96, concessionárias, permissionárias e autorizados, devem recolher diretamente a ANEEL a taxa anual de fiscalização, que é equivalente a 0,4% do valor do benefício anual auferido em função das atividades desenvolvidas.

A Companhia aplicará anualmente em pesquisa e desenvolvimento, o montante de, no mínimo, 1% da Receita operacional líquida estabelecida no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, nos termos da Lei nº 9.991/00, e na forma em que dispuser a regulamentação específica sobre a matéria.

Os montantes que serão faturados pela Companhia estão sujeitos aos seguintes encargos regulatórios:

Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica (TFSEE) - Taxa de fiscalização incidente sobre a transmissão de energia elétrica, devida mensalmente, sendo seu valor fixado pelos despachos emitidos no início de cada ano pela ANEEL e proporcionais ao porte do serviço concedido, considerando o valor econômico agregado pelo concessionário, sendo seu percentual anual equivalente a 0,4% da receita operacional.

Pesquisa & Desenvolvimento do setor elétrico (P&D) - Investimento aplicado em pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico equivalente ao percentual anual de 1% da receita operacional líquida.

Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) - O FNDCT foi criado com o objetivo de apoiar financeiramente programas e projetos prioritários de desenvolvimento científico e tecnológico nacionais, tendo como fonte de receita os incentivos fiscais, empréstimos de instituições financeiras, contribuições e doações de entidades públicas e privadas, sendo seu percentual anual equivalente a 0,4% da receita operacional.

Ministério de Minas e Energia (MME) - Recolhimento a fim de custear os estudos e pesquisas de planejamento da expansão do sistema energético, bem como os de inventário e de viabilidade necessários ao aproveitamento dos potenciais hidrelétricos, sendo seu percentual anual equivalente a 0,4% da receita operacional.

Pampa Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicada)

1. Contexto operacional--Continuação

1.4. Encargos regulamentares – Continuação

A Transmissora deverá executar reforços e melhorias nas instalações de transmissão da rede básica objeto desse contrato, nos termos da Resolução Normativa nº 643/2014, auferindo as correspondentes receitas e tendo em vista a adequada prestação do serviço público de transmissão de que é titular.

A extinção da concessão determinará, de pleno direito, a reversão ao Poder Concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos e às avaliações, bem como à determinação do montante da indenização devida à Transmissora, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico.

Sem prejuízo das penalidades cabíveis e das responsabilidades incidentes, a ANEEL poderá intervir na concessão, nos termos da Lei nº 8.987/1995, a qualquer tempo, para assegurar a prestação adequada do serviço público de transmissão ou o cumprimento, pela Transmissora, das normas legais, regulamentares e contratuais, após prévio pagamento da indenização das parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não depreciados, que tenham sido realizados pela Transmissora.

A critério exclusivo da ANEEL e para assegurar a continuidade e a qualidade do serviço público, o prazo da concessão poderá ser prorrogado por, no máximo, igual período, de acordo com o que dispõem os arts. 6º e 11º da Lei nº 12.783/2012, mediante requerimento da Transmissora. A eventual prorrogação do prazo da concessão estará subordinada ao interesse público e à revisão das condições estipuladas no contrato de concessão.

E de acordo com a portaria 6.307 de 24 de março de 2020 do diretor geral da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) e decreto 10.291 de 25 de março de 2020, os serviços públicos de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, incluído o fornecimento de suprimentos para o funcionamento e a manutenção das centrais geradoras e dos sistemas de transmissão e distribuição de energia, além de produção, transporte e distribuição de gás natural, são considerados atividades essenciais.

1.5 Setor elétrico no Brasil

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia (“MME”), o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é implementada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”).

De acordo com os contratos de concessão de transmissão, a Companhia está autorizada a cobrar a TUST - tarifas de uso do sistema de transmissão. As tarifas são reajustadas anualmente na mesma data em que ocorrem os reajustes das Receitas Anuais Permitidas

Pampa Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicada)

1. Contexto operacional – Continuação

1.5 Setor elétrico no Brasil – Continuação

das concessionárias de transmissão. Esse período tarifário inicia-se em 1º de julho do ano de publicação das tarifas até 30 de junho do ano subsequente.

O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por longas distâncias, no Brasil, é feito utilizando-se de uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou superior a 230 kV, denominada Rede Básica. Qualquer agente do setor elétrico, que produza ou consuma energia elétrica tem direito à utilização desta Rede Básica, como também o consumidor, atendidas certas exigências técnicas e legais. Este é o chamado Livre Acesso, assegurado em Lei e garantido pela ANEEL.

A operação e administração da Rede Básica é atribuição do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, pessoa jurídica de direito privado, autorizado do Poder Concedente, regulado e fiscalizado pela ANEEL, e integrado pelos titulares de geração, transmissão, distribuição e também pelos consumidores com conexão direta à rede básica. O ONS tem a responsabilidade de gerenciar o despacho de energia elétrica das usinas em condições otimizadas, envolvendo o uso dos reservatórios das hidrelétricas e o combustível das termelétricas do sistema interligado nacional.

2. Apresentação das demonstrações contábeis regulatórias

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidos pelo Órgão Regulador e conforme as políticas contábeis estabelecidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL através da Resolução Normativa no 605, de 11 de março de 2014 e orientações do Despacho nº 3.371 de 22 de dezembro de 2016 da ANEEL.

Essas demonstrações foram preparadas em consonância com as orientações emitidas pelo Órgão Regulador para demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis para fins regulatórios são separadas das demonstrações contábeis estatutárias societárias da Companhia. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins Regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Quando as instruções contábeis regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Pampa Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicada)

2. Apresentação das demonstrações contábeis regulatórias – Continuação

2.1 Declaração de conformidade – Continuação

A Nota Explicativa nº 16 apresenta uma reconciliação entre as demonstrações contábeis regulatórias e societárias elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, para melhor entendimento do leitor.

A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração da Companhia não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas Demonstrações Contábeis Regulatórias foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

As demonstrações contábeis regulatórias foram aprovadas e autorizadas para a emissão pela Diretoria em 30 de abril de 2020.

2.2 Moeda funcional e de apresentação

Essas demonstrações contábeis regulatórias estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações regulatórias requer que a administração faça julgamentos, utilizando estimativas e premissas baseadas em fatores objetivos e subjetivos e em opinião de assessores jurídicos, para determinação dos valores adequados para registro de determinadas transações que afetam ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais dessas transações podem divergir dessas estimativas.

Esses julgamentos, estimativas e premissas são revistos ao menos anualmente e eventuais ajustes são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas.

Julgamentos, estimativas e premissas considerados críticos estão relacionados aos seguintes aspectos:

- Constituição de tributos diferidos.

Pampa Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicada)

3. Principais práticas contábeis

3.1. Instrumentos financeiros

a) Ativos financeiros

Os ativos financeiros incluem caixa e equivalentes de caixa, concessionárias e permissionárias, títulos e valores mobiliários, e outros itens financeiros, além de outros créditos realizáveis por caixa.

A Companhia reconhece os recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos na data da negociação quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro, que não possua um componente de financiamento significativo, é inicialmente mensurado pelo valor justo acrescido, para um item que não é Valor Justo por meio do Resultado, dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um recebível sem um componente de financiamento significativo é inicialmente mensurado pelo preço da transação.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo separado.

i) Classificação e mensuração subsequente

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") ou ao valor justo por meio do resultado ("VJR") com base tanto no modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros; quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro.

A Companhia mensura o ativo financeiro ao custo amortizado quando: (i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Pampa Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicada)

3. Principais práticas contábeis - Continuação

3.1. Instrumentos financeiros - Continuação

a) Ativos financeiros – Continuação

i) *Classificação e mensuração subsequente — Continuação*

O ativo financeiro deve ser mensurado ao valor justo por meio do resultado, a menos que seja mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Entretanto, no reconhecimento inicial, a Companhia pode irrevogavelmente designar um ativo financeiro que, de outra forma, satisfaz os requisitos para serem mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR, se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma poderia surgir.

Os ativos financeiros não são reclassificados após seu reconhecimento inicial, a menos que a Companhia altere seu modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, caso em que todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do primeiro exercício subsequente à mudança no modelo de negócios.

ii) Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e juros

Para os fins desta avaliação, “principal” é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial; juros são definidos como a contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor do principal em aberto durante um determinado período de tempo e por outros riscos e custos básicos de empréstimos (exemplo: risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

Ao avaliar se os fluxos de caixa contratuais são apenas pagamentos de principal e juros, a Companhia considera os termos contratuais do instrumento. Isso inclui avaliar se o ativo financeiro contém um termo contratual que pode alterar o prazo ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenda a essa condição.

iii) Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros ao VJR

Esses ativos são mensurados subsequentemente pelo valor justo. Os ganhos e perdas líquidos, incluindo juros ou receita de dividendos, são reconhecidos no resultado.

Pampa Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicada)

3. Principais práticas contábeis - Continuação

3.1. Instrumentos financeiros - Continuação

a) Ativos financeiros – Continuação

iii) Mensuração subsequente e ganhos e perdas — Continuação

Ativos financeiros ao custo amortizado

Esses ativos são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. O custo amortizado é reduzido por perdas por redução ao valor recuperável. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e a redução ao valor recuperável são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Instrumentos de dívida ao VJORA

Esses ativos são mensurados subsequentemente pelo valor justo. Os rendimentos de juros calculados utilizando o método do juro efetivo, ganhos e perdas cambiais e a redução do valor recuperável são reconhecidos nos resultados. Outros ganhos e perdas líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, os ganhos e perdas acumulados em ORA são reclassificados para o resultado.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando esses direitos são transferidos em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

3.2 Caixa e equivalente de caixa

O caixa e os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. São considerados equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento em três meses ou menos, a contar da data de contratação.

Pampa Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicada)

3. Principais práticas contábeis - Continuação

3.3 Imobilizado em serviço e em curso

Registrado ao custo de aquisição ou construção. A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme normas regulatórias vigentes. As taxas médias anuais de depreciação são determinadas nas tabelas anexas à Resolução vigente emitida pelo Órgão Regulador.

O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação regulatória e o prazo de vigência da outorga (concessão, permissão e/ou autorização). O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas de depreciação regulatória.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil residual do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

A alocação dos dispêndios diretos com pessoal mais os serviços de terceiros é prevista no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Estes custos são recuperados por meio do mecanismo de tarifas e preços.

Materiais em depósito, quando os bens não necessitarem de recuperação e se tratar de unidades de adição e retirada, vinculados ou não a um projeto são considerados como imobilizado em Curso.

Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como despesa quando incorrido.

3.4. Demais ativos circulantes e não circulantes

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Pampa Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicada)

3. Principais práticas contábeis - Continuação

3.5. Passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço.

3.6. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários não circulantes estão ajustados, quando relevante, pelo seu valor presente.

O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros implícita dos respectivos ativos e passivos.

3.7. Provisão para redução ao valor recuperável (“impairment”)

A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos financeiros e não financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perda ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável e as respectivas provisões são apresentadas nas notas explicativas. Para o exercício não houve a identificação de ativos a terem ajustes no valor recuperável.

3.8. Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

3.9. Reconhecimento de receita

A receita operacional do curso normal das atividades da Outorgada é medida pelo valor da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional referente à transmissão de energia é reconhecida no momento em que o ONS apura os valores que a Companhia tem o direito de faturar dos demais agentes do setor de energia elétrica, conforme previsto em contrato de prestação de serviços entre o Poder Concedente e a Outorgada.

Pampa Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicada)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

3.10. Despesas operacionais

As despesas operacionais são reconhecidas e mensuradas de acordo com o regime de competência, apresentadas líquidas dos respectivos créditos de PIS e COFINS quando aplicável. A companhia classifica seus gastos operacionais na Demonstração de Resultado por função, ou seja, segregando entre custos e despesas de acordo com sua origem e função desempenhada, em conformidade com o requerido no artigo 187 da lei 6.404/76. Os gastos realizados para implementação de infraestrutura são reconhecidos como ativo pois resultam em benefícios econômicos futuros.

3.11. Imposto de renda e contribuição social

Correntes

O imposto de renda é apurado sobre o lucro tributável na alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem a R\$240.000 no período de 12 meses, enquanto a contribuição social é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável reconhecido pelo regime de competência. Portanto, a adição ao lucro contábil de despesas temporariamente não dedutíveis, ou exclusão de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente, geram créditos ou débitos tributários diferidos. A companhia não apresenta saldos de tributos correntes.

Diferidos

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada.

Os impostos diferidos ativos e passivos são compensados apenas quando há o direito legal de compensar o ativo fiscal corrente com o passivo fiscal corrente e quando eles estão relacionados aos impostos administrados pela mesma autoridade fiscal e a Companhia pretende liquidar o valor líquido dos seus ativos e passivos fiscais correntes

3.12. Impostos sobre a receita

a) Impostos sobre serviços

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre serviços, exceto quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não

Pampa Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicada)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

3.12. Impostos sobre a receita – Continuação

a) Impostos sobre serviços – Continuação

forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre serviços é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Bancos	130	15
Aplicações financeiras (a)	180.036	-
	<u>180.166</u>	<u>15</u>

- (a) As aplicações estão representadas por fundos de investimento de renda fixa de curto prazo e de baixo risco, remunerados às taxas de juros projetadas para seguir principalmente à variação de 100,1% a 103% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). As aplicações financeiras são de curto prazo, de alta liquidez e prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, estando sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações financeiras são registradas pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor justo. Abaixo abertura por instituição financeira:

<u>Instituição financeira</u>	<u>Tipo de aplicação</u>	<u>Remuneração</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Banco Santander	CDB	100,1% CDI	19.048	-
Banco Santander	CDB	100,2% CDI	78.340	-
Banco Itau	CDB	101,3% CDI	7.150	-
Banco Itau	Aplic Aut	2,0% CDI	52	-
Banco Alfa	CDB	103% CDI	75.446	-
			<u>180.036</u>	<u>-</u>

5. Tributos diferidos

a) Composição dos tributos diferidos da Companhia

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Imposto de renda diferido	26.187	72
Contribuição social diferida	9.428	26
	<u>35.615</u>	<u>98</u>

- (i) Refere-se ao ativo diferido fiscal sobre prejuízos fiscais de imposto de renda e bases negativas de contribuição social. A Companhia, vide sua natureza de contrato de concessão e garantia de RAP, possui expectativa de lucratividade futura para realização de seus ativos fiscais diferidos.

Pampa Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicada)

5. Tributos diferidos – Continuação

b) Conciliação das despesas tributárias com as alíquotas oficiais

	2020	2019
Resultado antes dos impostos	104.750	289
Alíquota nominal	34%	34%
Impostos a alíquota nominal	35.615	98
Tributos diferidos	35.615	98
Alíquota efetiva	34%	34%

6. Imobilizado e intangível

A composição do imobilizado é como segue:

Imobilizado - R\$ Mil	Valor bruto em 31/12/2019	Adições (A)	Baixas (B)	Transf. (C)	Valor bruto em 31/12/2020	Adições líquidas = (A)-(B)+(C)	Depreciação Acum.	Valor líquido em 31/12/2020	Valor líquido em 31/12/2019
Ativo Imobilizado em Curso									
Transmissão									
Terrenos/desapropriações	-	3.788	-	-	3.788	3.788	-	3.788	-
A Ratear									
Pessoal	-	192	-	-	192	192	-	192	-
Materiais	-	1.360	-	-	1.360	1.360	-	1.360	-
Serviços	71	47.825	-	-	47.896	47.825	-	47.825	71
Outros	389	154	-	-	543	154	-	154	389
Resultado financeiro	-	3.323	-	-	3.323	3.323	-	3.323	-
Adiantamento a fornecedores	-	50.026	(4.944)	-	45.082	45.082	-	45.082	-
Material em depósito	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Administração									
Máquinas e equipamentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal	460	106.668	(4.944)	-	102.184	101.724	-	101.724	460
Total do ativo imobilizado	460	106.668	(4.944)	-	102.184	101.724	-	101.724	460

Pampa Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicada)

6. Imobilizado e intangível - Continuação

A composição do intangível é como segue:

Intangível - R\$ Mil	Valor bruto em 31/12/2019	Adições (A)	Baixas (B)	Transf. (C)	Valor bruto em 31/12/2020	Adições líquidas = (A)-(B)+(C)	Amortização Acum.	Valor líquido em 31/12/2020	Valor líquido em 31/12/2019
Ativo Intangível em Curso									
Depósitos judiciais	-	2.071	-	-	2.071	2.071	-	2.071	-
Subtotal	-	2.071	-	-	2.071	2.071	-	2.071	-
Total do intangível	-	2.071	-	-	2.071	2.071	-	2.071	-

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto no 41.019 de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. O ato normativo que regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concede autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto das alienações sejam depositadas em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

A Companhia não apresentou baixas no exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

7. Fornecedores

	2020	2019
Materiais e Serviços	1.372	260
Provisões (i)	1.924	-
	<u>3.296</u>	<u>260</u>

Os valores referem-se substancialmente a fornecimento de serviços e equipamentos para a obra.

- (i) A composição desta rubrica refere-se basicamente a provisão de serviços de construções e montagem e compra de disjuntores, transformadores e seccionadores, adicionalmente a companhia faz desapropriações para passagens das linhas de transmissão e servidões em geral, conjunto de ações necessárias para início e manutenção das operações comerciais.

Pampa Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicada)

8. Financiamentos

a) Abertura do endividamento

Instituição/Linha da Credora	Juros de Curto Prazo	Principal de CP	Saldo Total	Adimplente?	Data Captação/Repactuação	Tipo de Garantia	Index/Juros	Spread % a.a.	Data Próximo Pqto Juros	Frequência Pqto Juros	Data Próxima Amortização	Venc. Final	Frequência Amortização
Financ./Empréstimos Moeda Nacional													
Banco Itau	755	100.00	100.755	SIM	01/10/2020	Recebíveis	CDI	1,15%	28/07/2021	Mensal	28/07/2021	28/07/2021	Mensal
Banco Alfa	623	75.000	75.623	SIM	03/07/2020	Recebíveis	CDI	1,50%	02/07/2021	Mensal	02/07/2021	02/07/2021	Mensal
Banco Societe Generali	1.925	75.000	76.925	SIM	20/04/2020	Recebíveis	CDI	1,65%	26/04/2021	Mensal	26/04/2021	26/04/2021	Mensal
Financ./Empréstimos Moeda Nacional	3.303	250.000	253.303	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

b) Composição do endividamento e dívida líquida

Resumo	Juros de curto prazo	Principal curto prazo	Principal + Juros CP	Total 2020	Total 2019
Dívida Bruta					
Financ./Emprést. Moeda Nacional	3.303	250.000	253.303	253.303	-
Ativos Financeiros					
Alta Liquidez	-	-	-	(180.036)	-
Dívida Líquida	3.303	250.000	253.303	73.267	-

Banco Itau

Em 01 de outubro de 2020, a Companhia celebrou com o Banco Itaú um contrato de Cédula de Crédito Bancário até o limite de 100.000, com data de vencimento em 28 de julho de 2021.

Banco Alfa

Em 03 de julho de 2020, a Companhia celebrou com o Banco Alfa um contrato de Cédula de Crédito Bancário até o limite de 75.000, com data de vencimento em 02 de julho de 2021.

Banco Societe Generali

Em 30 de abril de 2020 a Companhia celebrou junto ao Banco Societe Generali um contrato de Cédula de Crédito Bancário até o limite de 75.000, com data de vencimento em 26 de abril de 2021.

Pampa Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicada)

9. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 29 de março de 2019 houve aumento de capital em R\$229.000, mediante a emissão de 229.000 ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas, no valor nominal de R\$1 cada, conforme Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada naquela data, e integralização R\$ 1.000, divididas em 1.000 ações emitidas quando da constituição da Companhia.

Em 30 de junho de 2019 houve aumento de capital em R\$578.000, mediante a emissão de 578.000 ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas, no valor nominal de R\$1 cada, conforme Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada naquela data.

Em 30 de setembro de 2019 houve aumento de capital em R\$229.000, mediante a emissão de 229.000 ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas, no valor nominal de R\$1 cada, conforme Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada naquela data

Em 27 de dezembro de 2019 houve aumento de capital em R\$140.000, mediante a emissão de 140.000 ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas, no valor nominal de R\$1 cada, conforme Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada naquela data.

O capital social final subscrito e integralizado da Companhia em 2019 era de R\$1.177.000, dividido em 1.177.000 ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas, no valor nominal de R\$1 cada.

Em 10 de março de 2020, se efetivou a alteração societária de controle de empresa concessionária do serviço público de transmissão, com a formalização dos devidos documentos, no qual transfere as ações da Sterlite Brazil Participações S.A. para Brasil Energia Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia (fundo de investimento em participações Multiestratégia devidamente autorizado pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM)) e Cymi Construções e Participações S.A, com sede na cidade e estado do Rio de Janeiro.

Durante o exercício de 2020 mediante aprovação da respectiva AGE ocorreu um aumento de capital totalizando R\$ 309.000,00 divididos em 1.000 ações ordinárias no valor nominal de R\$1,00 cada. O respectivo aporte de capital foi proporcional a participação de cada quotista, sendo 50% referente à Cymi Construções e Participações S.A., 50% referente ao Brasil Energia Fundo de investimentos em participações Multiestratégia.

Pampa Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicada)

9. Patrimônio Líquido - Continuação

a) Capital social – Continuação

O capital social da Companhia é composto como se segue:

Composição acionária	31/12/2020		
	Quotistas	Qntd Ações	Valor (Em reais)
Cymi Construções e Participações S.A.	743.000	50,00%	743.000
Brasil Energia Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia	743.000	50,00%	743.000
Total	1.486.000		1.486.000

b) Política de dividendos

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido após a destinação para reserva legal, calculado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. Os acionistas em comum acordo abrem mão da constituição dos dividendos mínimos obrigatórios por razões de planejamento financeiros estratégicos, bem como consequente reinvestimento na própria Companhia.

c) Reserva Legal

A reserva legal é constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do art. 193 da Lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

d) Reserva de Lucros a realizar

A Reserva de Lucros a Realizar, constituída em anos anteriores, em vez de ser revertida para Lucros Acumulados, a partir da alteração da Lei nº 6.404/76 pela Lei nº 10.303/01,

Pampa Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicada)

passa a ser revertida diretamente para a conta de dividendos a pagar do passivo, quando tiver os lucros nela contidos realizados financeiramente.

10. Custos gerenciáveis

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Pessoal	(144)	-
Material	(1)	-
Serviços de terceiros (a)	(456)	(147)
Aluguéis	(25)	-
Outras despesas	(73)	(142)
	<u>(699)</u>	<u>(289)</u>

(a) Refere-se substancialmente a serviços de Operação e Manutenção, serviços de assessoria jurídica , assessoria contábil e serviços de telecomunicação.

11. Imposto de renda e contribuição social

a) Imposto de renda e contribuição social corrente

Pelo regime de Lucro Real

Tendo em vista à apresentação de prejuízo fiscal, a Companhia não obteve despesas de IR e CSLL correntes registradas em 31 de dezembro de 2020 e em 31 de dezembro de 2019.

12. Partes relacionadas

A Administração identificou como partes relacionadas as suas acionistas, outras companhias ligadas aos mesmos acionistas, seus administradores, seus conselheiros e os demais membros do pessoal-chave da Administração e seus familiares, conforme definições contidas no Pronunciamento CPC 05 (R1) - Divulgações sobre partes relacionadas. As principais transações com partes relacionadas e seus efeitos estão descritos a seguir:

Pampa Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicada)

12. Partes relacionadas - Continuação

Transações	Ativo	Passivo	Resultado	
	Contas a receber	Fornecedores	O&M	G&A
Saldos em 31 de dezembro de 2019	-	-	-	-
Cymi Construções e Participações (i)	-	25.463	-	-
Cymi do Brasil (i)	-	1.713	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	-	27.176	-	-

(i) Saldo refere-se ao contrato de gerenciamento EPC (*Engineering, procurement and construction*) em sistema de *turn key* celebrado entre a Companhia e a Cymi Construções e Participações (atual denominação social da Cymimasa) e Cmi do Brasil.

13. Compromissos Assumidos

Contrato de EPC – Em 2020 a Cymi do Brasil Projetos e Serviços Ltda e a Cymi Construções e Participações S.A, celebraram contrato de empreitada de Materiais e Serviços por preço global, onde as contratadas assumem a implantação do projeto, do fornecimento da construção em regime de empreitada global (regime de EPC), do licenciamento ambiental, das desapropriações, das servidões e em geral, do conjunto de ações necessárias para início da operação comercial. Até o final do ano de 2020 a projeção de custos para o projeto é de R\$ 801.119 conforme quadro abaixo:

	Até			Total
	31/12/2019	Até 2020	Projetado para 2021	
Contrato EPC	-	99.767	701.352	801.119

Pampa Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicada)

14. Seguros

A Companhia tem a política de manter cobertura de seguros em montante adequado para cobrir possíveis riscos com sinistros, segundo a avaliação da Administração.

A especificação em 31 de dezembro de 2020 por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros, de acordo com os corretores de seguros contratados pela Companhia está demonstrado a seguir:

Riscos	Data vigência	Importância segurada (R\$ mil)	Prêmio (R\$ mil)
Risco de Engenharia	15/07/2020 a 01/07/2022	637.056	280
Risco de Responsabilidade Civil	01/03/2019 a 17/12/2023	38.841	839
Risco de Responsabilidade Civil	15/07/2020 a 01/07/2022	637.056	32

15. Instrumentos financeiros

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos a seguir mencionados, os objetivos da Companhia, os gerenciamentos de risco exercidos pela Companhia.

a) Gerenciamento de riscos

Visão geral a Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- (a) Risco de crédito.
- (b) Risco de mercado.
- (c) Risco operacional.

Estrutura de gerenciamento de risco - o gerenciamento de risco da Companhia visa identificar e analisar os riscos aos quais está exposta, para definir limites e controles de riscos apropriados e para monitorar riscos e aderência aos limites. A Companhia, por meio do gerenciamento de suas atividades, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendam os seus papéis e obrigações.

Pampa Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicada)

15. Instrumentos financeiros – Continuação

a) Gerenciamento de riscos - Continuação

A Administração acompanha o cumprimento do desenvolvimento de suas atividades de controle de riscos e revisa a adequação da estrutura de gerenciamento de risco em relação aos riscos enfrentados pela Companhia.

O gerenciamento de riscos é feito com base também no nível e no contexto dos grupos de controle dos acionistas da Companhia.

a.1) Riscos de crédito

É o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, oriundas da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes, ativo financeiro e de instrumentos financeiros, conforme apresentado a seguir:

	31/12/2020	31/12/2019
Ativos financeiros		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	180.166	15
	180.166	15

Caixa e equivalentes de caixa - Representado pelas contas correntes e aplicações financeiras de primeira linha, o que mitiga o risco que a contraparte falhe ao cumprir com suas obrigações.

a.2) Risco de mercado

A utilização de instrumentos financeiros, pela Companhia, tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas.

Risco de taxa de juros - refere-se aos impactos nas taxas de juros variáveis sobre as receitas financeiras oriundas das aplicações financeiras.

Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, o perfil dos instrumentos financeiros relevantes remunerados por juros variáveis da Companhia era:

Pampa Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicada)

15. Instrumentos financeiros--Continuação

a) Gerenciamento de riscos - Continuação

a.2) Risco de mercado – Continuação

Instrumentos financeiros por indexador	31/12/2020	31/12/2019
Aplicações financeiras		
CDI	180.036	-

Análise de sensibilidade de taxa de juros variável - aplicações financeiras

A análise de sensibilidade foi determinada com base na exposição às taxas variáveis dos instrumentos financeiros em aberto no fim do período de relatório. A análise é preparada assumindo que o valor dos ativos a seguir esteve em aberto durante todo o período, ajustado com base na taxa CDI estimada para um cenário provável do comportamento do risco que, caso ocorra, pode gerar resultados adversos para a Companhia. O CDI utilizado para cálculo do cenário provável é referenciado por fonte externa independente, cenário este que é utilizado como base para a definição de dois cenários adicionais com deteriorações de 25% e 50% na variável de risco considerada (cenários A e B, respectivamente). Nos cálculos dos cenários foi considerada uma rentabilidade de 100% do CDI e as outras variáveis envolvidas em cada transação não foram alteradas para os cálculos a seguir.

Fonte: a taxa utilizada no cenário provável foi estimada com base nas expectativas de mercado, conforme dados divulgados pelo BACEN.

Com relação às aplicações financeiras, os cenários A e B consideram uma redução da taxa CDI em 25% e 50%, respectivamente, conforme abaixo:

Pampa Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicada)

15. Instrumentos financeiros--Continuação

a) Gerenciamento de riscos - Continuação

a.2) Risco de mercado – Continuação

Análise de sensibilidade de taxa de juros variável - aplicações financeiras--Continuação

Operação	Exposição (R\$ mil)	Risco	Cenário provável (*)	-25% Cenário A	-50% Cenário B
Ativos					
Financeiros					
Aplicações financeiras	180.036	Queda da taxa CDI	4.591	3.443	2.295
Referência para ativos financeiros			Cenário provável	-25%	-50%
CDI %			2,55%	1,91%	1,28%

(*) Demonstra o resultado financeiro para os próximos três meses, considerando CDI médio estimado de 2,55% para o período, de acordo com a expectativa do mercado.

Risco de inflação - A receita da Companhia é atualizada anualmente por índices de inflação. Em caso de deflação, as concessionárias terão suas receitas reduzidas. Em caso de repentino aumento da inflação, a Companhia poderia não ter as suas receitas ajustadas tempestivamente e, com isso, incorrer em impactos nos resultados.

Risco de captação - A Companhia poderá enfrentar dificuldades na captação de recursos com custos e prazos de reembolso que sejam adequados ao seu perfil de geração de caixa e/ou suas obrigações de reembolso de dívida.

a.3) Riscos operacionais

Os riscos operacionais são aqueles inerentes à própria execução do negócio da Companhia e podem decorrer das decisões operacionais e de gestão da Companhia ou de fatores externos, tais como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial.

Pampa Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicada)

15. Instrumentos financeiros--Continuação

a) Gerenciamento de riscos - Continuação

a.3) Riscos operacionais - Continuação

Risco técnico - A infraestrutura da Companhia é dimensionada de acordo com orientações técnicas impostas por normas locais e internacionais. Ainda assim, algum evento de caso fortuito ou força maior pode causar impactos econômicos e financeiros maiores do que os previstos pelo projeto original. Nestes casos, os custos necessários para a re colocação das instalações em condições de operação devem ser suportados pela Companhia, ainda que eventuais indisponibilidades de suas linhas de transmissão não gerem redução das receitas (Parcela Variável).

Riscos regulatórios - A Companhia está sujeita à extensa legislação e regulação governamental emitida pelos seguintes órgãos: Ministério de Minas e Energia - MME, ANEEL, ONS e Ministério do Meio Ambiente.

Risco de seguros - A Companhia contrata seguros de risco operacional e de responsabilidade civil para suas linhas de transmissão e subestações. A Companhia adota os critérios de contratação dos seguros de risco operacional e responsabilidade civil com o intuito de utilizar as melhores práticas adotadas por outras empresas representativas do setor, que consistem em segurar os equipamentos mais relevantes e significativos para a operação, mantendo-os com elevados níveis de segurança aos potenciais sinistros.

b) Categorias de instrumentos financeiros

	<u>Categoria</u>
Ativos financeiros	
Caixa e equivalentes de caixa	Valor justo por meio de resultado
Passivos financeiros	
Fornecedores	Custo Amortizado
Empréstimos e financiamentos	Custo Amortizado

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 o valor de mercado dos ativos e passivos financeiros acima se aproxima do valor contábil.

Pampa Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicada)

15. Instrumentos financeiros - Continuação

b) Categorias de instrumentos financeiros - Continuação

Classificações contábeis e valores justos

No que tange ao cálculo dos valores justos, para os principais saldos sujeitos a variações entre os valores contábeis e valores justos, consideramos:

Caixa equivalentes de caixa - contas correntes conforme posição dos extratos bancários e aplicações financeiras valorizadas pela taxa do CDI até a data da apresentação das demonstrações financeiras.

Contas a receber - Ativo de Contrato - o ativo de contrato no início da concessão é mensurado ao valor justo e posteriormente mantido ao custo amortizado. No início de cada concessão, a taxa interna de retorno é calculada baseada no custo de capital próprio e está auferida através de componentes internos e de mercado.

A Companhia adotou a metodologia de apuração do valor justo do ativo de contrato, através do recálculo da taxa interna de retorno. Desta forma, o valor justo do ativo de contrato mantido pela Companhia foi determinado de acordo com modelo de precificação baseado em análise do fluxo de caixa descontado e utilizando a taxa interna de retorno. A taxa interna de retorno considera as condições do Leilão e dessa forma não sofre alteração pois a Companhia utiliza as premissas utilizadas no início da concessão. Os componentes considerados variáveis de mercado são a inflação americana e a taxa livre de risco, tendo sido esses atualizados com base nas informações disponíveis em 31 de dezembro de 2018. A Administração considera que os saldos contábeis aproximam-se dos seus valores justos.

Empréstimos e financiamentos - a Companhia considera que os valores justos para os financiamentos existentes no exercício são considerados próximos aos saldos contábeis, uma vez que não existem instrumentos similares, com vencimentos e taxa de juros comparáveis.

Pampa Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicada)

15. Instrumentos financeiros--Continuação

c) Hierarquia do valor justo

A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo dos instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

Descritivo	31/12/2020			Total
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	
Caixas e equivalentes de caixa (Nota 4)	180.166	-	-	180.166
Empréstimos e financiamentos (Nota 12)	253.303	-	-	253.303
Total	433.469	-	-	433.469

Descritivo	31/12/2019			Total
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	
Caixas e equivalentes de caixa (Nota 4)	15	-	-	15
Empréstimos e financiamentos (Nota xx)	-	-	-	-
Total	15	-	-	15

Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo foram classificados e divulgados com os níveis a seguir:

Nível 1 - Preços cotados não ajustados em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.

Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo (diretamente preços ou indiretamente derivado de preços).

Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Pampa Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicada)

16. Nota conciliatória - Contabilidade Societária e Regulatória

Para fins estatutários, a Companhia seguiu as práticas contábeis vigentes na legislação societária para a contabilização e elaboração das demonstrações financeiras societárias, sendo que para fins regulatórios, a Companhia seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador apresentada no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL por meio da Resolução Normativa nº 605, de 11 de março de 2014. Desta forma, uma vez que há diferenças entre as práticas societárias e regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas nas demonstrações financeiras societárias com as apresentadas nas demonstrações contábeis regulatórias.

Balanco patrimonial
Em 31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

	2020			2019		
	Regulatório	Ajustes CPC's	Societário	Regulatório	Ajustes CPC's	Societário
Ativo						
Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa	180.166	-	180.166	15	-	15
Prêmio de seguro	172	-	172	172	-	172
Adiantamentos diversos	25	-	25	-	-	-
Impostos a recuperar	125	-	125	-	-	-
Total do ativo circulante	180.488	-	180.488	187	-	187
Não circulante						
Tributos diferidos	35.713	8	35.721	98	(48)	50
Prêmio de seguro	358	-	358	529	-	529
Ativo de contrato	-	151.591	151.591	-	662	662
Imobilizado	102.184	(102.184)	-	460	(460)	-
Intangível	2.071	(2.071)	-	-	-	-
Total do ativo não circulante	140.326	47.344	151.949	1.087	154	1.241
Total do ativo	320.814	47.344	368.158	1.274	154	1.428
Passivo						
Circulante						
Fornecedores	3.296	-	3.296	260	-	260
Tributos e contribuições sociais	196	-	196	29	-	29
Empréstimos e financiamentos	253.303	-	253.303	-	-	-
Partes relacionadas	27.176	-	27.176	-	-	-
Instrumentos derivativos	528	-	528	-	-	-
Total do passivo circulante	284.499	-	284.499	289	-	289

Pampa Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicada)

Não circulante

Tributos diferidos	-	60.584	60.584	-	61	61
Outras obrigações	105	-	105	-	-	-
Total do passivo não circulante	105	60.584	60.689	-	61	61

Patrimônio líquido

Capital social	1.486	-	1.486	1.177	-	1.177
Prejuízos acumulados	34.724	(13.241)	21.484	(191)	93	(98)
Total do patrimônio líquido	36.210	(13.241)	22.970	986	93	1.079

Total do passivo e patrimônio líquido

	320.814	(13.241)	332.437	1.275	154	1.429
--	----------------	-----------------	----------------	--------------	------------	--------------

Pampa Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicada)

16. Nota conciliatória - Contabilidade Societária e Regulatória - Continuação

Demonstrações do resultado
Em 31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

	2020			2019		
	Regulatório	Ajustes CPC's	Societário	Regulatório	Ajustes CPC's	Societário
Operações em continuidade						
Receita operacional	-	150.929	150.929	-	662	662
	-	150.929	150.929	-	662	662
Tributos						
PIS	-	(2.490)	(2.490)	-	(13)	(13)
COFINS	-	(11.460)	(11.460)	-	(48)	(48)
		(13.950)	(13.950)	-	(61)	(61)
Receita líquida / ingresso líquido		136.979	136.979	-	601	601
Custos e despesas						
Custo de construção	-	(101.086)	(101.086)	-	(460)	(460)
Pessoal	(144)	-	(144)			
Material	(2)	-	(2)			
Serviços de terceiros	(456)	-	(456)	(147)	-	(147)
Aluguéis	(25)	-	(25)			
Outras despesas	(73)	-	(73)	(142)	-	(142)
	(700)	(101.086)	(101.786)	(289)	(460)	(749)
Resultado da atividade	(700)	35.893	35.193	(289)	141	(148)
Resultado financeiro						
Receitas financeiras	-	1.897	1.897	-	-	-
Despesas financeiras	-	(4.605)	(4.605)	-	-	-
	-	(2.708)	(2.708)	-	-	-
Resultado antes dos impostos	(700)	33.185	32.485	(289)	141	(148)
Tributos diferidos	35.615	(46.518)	(10.903)	98	(48)	50
Resultado do exercício	34.915	(13.333)	21.582	(191)	93	(98)

Pampa Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicada)

16. Nota conciliatória - Contabilidade Societária e Regulatória - Continuação

Ativo de contrato

Os Contratos de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica celebrados entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Companhia regulamentam a exploração dos serviços públicos de transmissão pela Companhia.

De acordo com o contrato de concessão, a Companhia é responsável por transportar a energia dos centros de geração até os pontos de distribuição. Para cumprir essa responsabilidade, a Companhia possui duas obrigações de desempenho distintas: (i) construir e (ii) manter e operar a infraestrutura de transmissão.

Ao cumprir essas duas obrigações de desempenho, a Companhia mantém sua infraestrutura de transmissão disponível para os usuários e em contrapartida recebe uma remuneração denominada RAP, durante toda a vigência do contrato de concessão. Estes recebimentos amortizam os investimentos feitos nessa infraestrutura de transmissão. Eventuais investimentos não amortizados geram o direito de indenização do Poder Concedente (quando previsto no contrato de concessão), que recebe toda a infraestrutura de transmissão ao final do contrato de concessão.

Para fins de demonstração financeira societária ressaltamos que com a entrada em vigor em 1º de janeiro de 2018 do CPC 47/IFRS 15, o direito à contraprestação por bens e serviços condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente a passagem do tempo enquadram a Companhia nessa norma. Com isso, as contraprestações passaram a ser classificadas como um "Ativo de Contrato". As receitas relativas à infraestrutura de transmissão passam ser mensuradas da seguinte forma:

- (i) Reconhecimento de receita de construção, tendo por base a parcela da RAP destinada ao investimento do ativo, que considera a margem de construção de acordo com as projeções iniciais do projeto. Toda a margem de construção é reconhecida durante a obra e variações positivas ou negativas do custo de construção são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, o poder concedente). A taxa de desconto para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento.
- (ii) Reconhecimento da receita de operação e manutenção, considerando uma margem sobre os custos incorridos para cumprimento das obrigações de performance de operação e manutenção previstas no contrato de concessão, após o término da fase de construção.

Pampa Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicada)

16. Nota conciliatória - Contabilidade Societária e Regulatória - Continuação

Ativo de contrato--Continuação

- (iii) Reconhecimento de receita de remuneração sobre o ativo de contrato reconhecido, registra-se também uma receita de remuneração financeira, a partir da entrada em operação, sob a rubrica Remuneração do ativo de contrato, utilizando a taxa de desconto definida no início de cada projeto.

A infraestrutura recebida ou construída da atividade de transmissão é recuperada por meio do fluxo de caixa descritos a seguir:

- Parte por meio de valores a receber garantidos pelo poder concedente relativa à RAP durante o prazo da concessão. Os valores da RAP são determinados pelo Operador Nacional do Setor Elétrico ("ONS") conforme contrato de concessão e recebidos dos participantes do setor elétrico por ela designados pelo uso da rede de transmissão disponibilizada.

Imobilizado e intangível

Considerando que para fins regulatórios deverá ser adotada a estrutura vigente no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, onde todos os investimentos realizados nas construções das linhas de transmissão são registrados como ativo imobilizado/intangível, todos os efeitos decorrentes da aplicação do CPC 47/IFRS15 foram eliminados nas Demonstrações Contábeis Regulatórias, incluindo os impactos fiscais correspondentes.

Com a adoção do CPC 47/IFRS15 nas Demonstrações Financeiras Societárias, o ativo imobilizado/intangível da Companhia foi reconhecido como ativo de contrato, vide nota de ajuste 21. Para fins regulatórios deverá ser adotada a estrutura vigente no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, ou seja, como ativo imobilizado e/ou intangível.

Impostos diferidos e correntes

Conforme detalhado na nota de ajuste 22, os efeitos decorrentes da aplicação do CPC 47/IFRS15 foram eliminados nas Demonstrações Contábeis Regulatórias, incluindo os impactos fiscais correspondentes. Essa rubrica é composta pelo pis e cofins diferidos e IRPJ e CSLL diferidos e efeitos do imposto corrente sobre a Rap.

Pampa Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicada)

16. Nota conciliatória - Contabilidade Societária e Regulatória-- Continuação

Patrimônio Líquido

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Patrimônio líquido societário	22.970	1.079
Efeitos dos ajustes entre a contabilidade societária versus regulatória		
Ativo de contrato	(151.591)	(662)
Imobilizado e intangível	104.255	460
impostos diferidos	60.576	109
Patrimônio Líquido regulatório	<u>36.210</u>	<u>986</u>

O efeito positivo acima demonstrado é decorrente da diferença entre a contabilidade societária x regulatória, decorrente da aplicação do CPC 47/IFRS15 líquido de impostos, reconhecido para fins societário e eliminado nas demonstrações contábeis regulatórias.

Receita e custo de Construção

Para fins regulatórios, foram ajustados os valores reconhecidos no exercício referente às receitas de construção e indenização e remuneração do ativo de contrato, quando aplicável, decorrentes da aplicação do CPC 47/IFRS15. A receita para fins regulatórios é registrada na rubrica de receita de disponibilização do sistema de transmissão na fase de operação e os efeitos do CPC 47/IFRS15 são desconsiderados.

A composição dos ajustes líquidos produzidos pela aplicação do CPC 47/IFRS15 está demonstrada a seguir:

	<u>2020</u>			<u>2019</u>		
	<u>Regulatório</u>	<u>Ajustes</u>	<u>Societário</u>	<u>Regulatório</u>	<u>Ajustes</u>	<u>Societário</u>
Receita operacional bruta						
Receita anual permitida - RAP	-	-	-	-	-	-
Receita de Construção - Ativo de Contrato	-	144.283	144.283	-	656	656
Remuneração do Ativo de Contrato	-	6.646	6.646	-	6	6
Outras receitas	-	-	-	-	-	-
	-	150.929	150.929	-	662	662
Deduções da receita operacional						
PIS e Cofins	-	(13.950)	(13.950)	-	(61)	(61)
P&D, FNDCT e MME	-	-	-	-	-	-
Receita operacional líquida	-	136.979	136.979	-	601	601
Custo de Construção	-	(101.086)	(101.086)	-	(460)	(460)

Pampa Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicada)

16. Nota conciliatória - Contabilidade Societária e Regulatória--Continuação

Depreciação e amortização

Os ajustes nesta rubrica são decorrentes dos custos de depreciação e amortização dos ativos de transmissão, na contabilidade regulatória, considerados como ativos financeiros na contabilidade societária.

Resultado financeiro

A composição dos ajustes líquidos produzidos pela aplicação do CPC 47/IFRS15 e outros está demonstrada a seguir:

- Ajustes do CPC 47/IFRS15
- Encargos sobre empréstimos em empreendimentos em construção

As receitas de aplicações financeiras também foram reconhecidas no resultado financeiro para fins societários.

A Companhia encontra-se em fase pré operacional por isso para fins regulatórios esses custos são capitalizados.

Imposto de renda e contribuição social corrente

Para fins regulatórios os ajustes ocorreram, pois, a Companhia encontra-se parte pré operacional e parte operacional, por isso o valor do imposto corrente reconhecido no resultado foi proporcional a receita de transmissão.

Pampa Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicada)

16. Nota conciliatória - Contabilidade Societária e Regulatória--Continuação

Lucro/prejuízo líquido

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Lucros dos exercícios societários	21.582	(98)
Efeitos dos ajustes entre a contabilidade societária versus regulatória		
Receita	(150.929)	(662)
PIS/Cofins	13.950	61
Custo de Construção	101.086	460
Despesa de depreciação	-	-
Resultado financeiro	2.708	-
IR/CS diferidos e correntes	46.518	48
Prejuízos dos exercícios regulatórios	34.915	(191)

Atualização do ativo de contrato da concessão, Receita de Construção ativo de contrato CPC 47/IFRS15

Para fins regulatórios, foram ajustados os valores reconhecidos no exercício referente às receitas de construção e remuneração do ativo de contrato, decorrentes da aplicação do CPC 47/IFRS15. A receita para fins regulatórios é registrada na rubrica de receita de disponibilização do sistema de transmissão eliminando assim os efeitos do CPC 47/IFRS15.

Deduções da receita, PIS e Cofins diferidos

Todos os efeitos decorrentes da aplicação do CPC 47/IFRS15 foram eliminados nas demonstrações contábeis regulatórias incluindo os impactos fiscais reconhecidos sobre as diferenças temporárias oriundas da aplicação desta interpretação.

Custos de Construção

Todos os efeitos decorrentes da aplicação do CPC 47/IFRS15 foram eliminados nas demonstrações contábeis regulatórias.

Resultado financeiro

Os efeitos do pronunciamento técnico CPC 20, que diz que os custos dos empréstimos não são elegíveis de capitalização foram eliminados nas demonstrações contábeis regulatórias.

Imposto de renda e contribuição social diferidos e correntes

Todos os efeitos decorrentes da aplicação do CPC 47/IFRS15 foram eliminados nas demonstrações contábeis regulatórias incluindo os impactos fiscais reconhecidos sobre as diferenças temporárias oriundas da aplicação desta interpretação.

Pampa Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicada)

17. Contingências

A Companhia é parte em demandas cíveis em andamento na esfera administrativa e judicial. As provisões para as perdas decorrentes dessas demandas são estimadas e atualizadas pela Companhia, amparada pela opinião de seus assessores jurídicos externos que não identificaram contingências passivas com prognóstico provável de perda. E processos judiciais com prognósticos de perda possível imateriais.

18. Eventos subsequentes

Em abril de 2021, associado à implementação e continuidade do projeto Pampa, a Companhia celebrou junto ao Scotia Bank um contrato de curto prazo na modalidade 4131, em 20 de abril de 2021 houve sua liberação no montante de R\$300.000. Nesta mesma data foi liquidado o empréstimo modalidade CCB junto ao banco Alfa no montante de 75.000.